



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6666 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA: O QUE REVELAM AS PESQUISAS NO PPGE-UESC

Carla Conceição do Vale Silva - UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Katiúscia Pereira da Silva Anjos - UESC - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

Maria Elizabete Souza Couto - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA: O QUE REVELAM AS PESQUISAS DO PPGE-UESC

1 INTRODUÇÃO

A aquisição do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) sempre esteve presente nas discussões do cenário educacional brasileiro. Os números elevados de estudantes que ainda não consolidaram esse processo, têm preocupado professores e pesquisadores do país. Nesse sentido, o presente estudo bibliográfico, tem como objetivo identificar as pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação PPGE, da UESC, que tiveram como objeto de estudo os processos de consolidação do SEA e seus resultados numa perspectiva de ampliação das possibilidades para novas aprendizagens.

O PPGE foi aprovado em 2012, visando contribuir com a formação continuada de professores da educação básica da Bahia, buscando articular ações investigativas, práticas inovadoras e de excelência na docência e na gestão educacional, a fim de provocar mudanças na educação nos cenários local, regional e nacional. O Programa está organizado em duas linhas de pesquisa, sendo a Linha 1 *Formação de Professores e Práticas Pedagógicas* e a Linha 2 *Políticas Educacionais e Gestão Escolar*. A primeira turma foi iniciada no ano de 2013 e até o ano final de 2019, cinco turmas concluíram o curso. O levantamento dos estudos do PPGE, realizados no âmbito dos processos de consolidação do SEA, revelaram a dedicação do Programa em fomentar estudos nessa área do conhecimento e contribuir para a melhoria da qualidade da educação, por meio da formação de professores.

Assim, o presente trabalho traz uma breve discussão sobre o SEA à luz dos estudiosos da área e apresenta as pesquisas realizadas pelo PPGE que contemplam essa temática, abordando o foco dos estudos, os resultados encontrados e as contribuições das pesquisas para o contexto educacional.

2 UM OLHAR SOBRE A AQUISIÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA-SEA

A consolidação das aprendizagens relativas ao SEA foi, ao longo dos anos, centro de estudos (FERREIRO, 1999; MORAIS, 2012, 2019; SOARES, 2017; 2018; SMOLKA, 2012; FAYOL, 2014) que buscavam compreender e explicar a forma como tais aprendizagens são efetivadas no contexto da alfabetização.

Ressaltamos, que por alfabetização entendemos não apenas os conhecimentos específicos à aquisição da leitura e da escrita (muito relevantes, por sinal!) mas também os aspectos sociais envolvidos no ato de ler e escrever. Soares (2017) destaca a importância de considerar a alfabetização como a aquisição do sistema convencional de escrita e de diferenciá-la do letramento, que seria o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso da leitura e escrita em situações sociais.

Acerca do SEA, Soares (2018) considera como um sistema e não um código, e nos esclarece que um código é, em seu sentido próprio, um sistema que substitui os signos de outro sistema já existente, como por exemplo o código Morse ou a escrita em Braille. Para a autora, o SEA pode ser compreendido como um sistema de representação e não como um código. Assim, a escrita é para a criança um sistema notacional porque, ao compreender que a escrita representa a cadeia sonora da fala, ela também precisará aprender a notação, que de forma arbitrária e convencional é utilizada para representar os sons: as relações dos grafemas com os fonemas e as posições desses elementos no sistema. Um conhecimento fundamental para o avanço em direção a consolidação do SEA.

No livro *Sistema de Escrita Alfabética*, Artur Morais (2012) ao apresentar os limites e lacunas na compreensão da Teoria da Psicogênese^[1] (FERREIRO, 1999) nos indica que houve uma confusão entre uma teoria psicolinguística sobre a forma de aprendizado de uma escrita alfabética, com uma metodologia de ensino. Isso ocasionou, nos anos 1980 e 1990, “nos cursos de pedagogia ou nas situações de formação continuada de professores, uma maciça divulgação dos quatro estágios da psicogênese^[2], sem que disso se derivasse uma didática da alfabetização” (MORAIS, 2012, p.77).

Sobre a compreensão que inicialmente se instalou no contexto educacional brasileiro, acerca da forma como as crianças construiriam seu conhecimento sobre o SEA, Morais (2012, p.77-78) nos revela que:

[...] em muitas escolas e salas de aula instalou-se [...] um discurso segundo o qual as crianças, espontaneamente, aprenderiam a ler, desde que pudessem participar de situações onde se lesse e escrevesse textos, cotidianamente. Não seria preciso trabalhar com palavras e suas unidades menores (sílabas, letras), porque as crianças, “cada uma no seu ritmo”, “descobririam sozinhas” como a escrita funciona. Tampouco seria preciso indicar o que estava errado em sua escrita, porque elas superariam tais erros por conta própria, ao “longo do processo de desenvolvimento.

Esse entendimento não contribuiu para o desenvolvimento de um ensino que

valorizasse as propostas para a consolidação do SEA e tampouco permitiu que a alfabetização cumprisse o seu papel de formar leitores e escritores autônomos. Concordamos com Morais (2012,p.79), quando indica que “é possível e necessário fazer um ensino sistemático (e prazeroso, reflexivo) das correspondências letra-som [...] de modo a ajudar nossas crianças a estarem plenamente alfabetizadas”.

Para tanto, compreendemos que há a necessidade de considerar as diferentes dimensões que envolvem a aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Em Soares (2018) temos a descrição das três principais facetas de inserção no mundo da escrita. A primeira delas é a linguística compreendida como a representação visual da cadeia sonora da fala. A segunda é a interativa da língua escrita, compreendida como o meio de interação entre as pessoas e da expressão e compreensão de mensagens. A última faceta seria a sociocultural entendida como os usos, funções e valores atribuídos à escrita em contextos socioculturais.

Nesse contexto, algumas questões se impõem como necessárias ao se pensar as propostas de consolidação do SEA: como trabalhar as especificidades da alfabetização sem tornar o processo enfadonho e sem sentido? Como garantir às crianças das classes menos favorecidas uma alfabetização eficaz? Como proporcionar aos alunos uma compreensão dos aspectos interativos e discursivos da língua?

A resposta a tais questões, talvez esteja no entendimento de que a aprendizagem inicial da leitura e da escrita é complexa e que a compreensão das já referidas facetas ou aspectos que a envolvem se coloca como fundamental para uma alfabetização que confira sentido à aprendizagem dos alunos. Soares (2017, p. 68) nos indica um caminho quando sugere a possibilidade de alfabetizar e letrar ao mesmo tempo:

Esse alfabetizar letrando, ou letrar alfabetizando, pela integração e pela articulação das várias facetas do processo de aprendizagem inicial da língua escrita, é, sem dúvida, o caminho para superação dos problemas que vimos enfrentando nesta etapa da escolarização; descaminhos serão tentativas de voltar a privilegiar esta ou aquela faceta, como se fez no passado, como se faz hoje, sempre resultando em fracasso, esse reiterado fracasso da escola brasileira em dar às crianças acesso efetivo e competente ao mundo da escrita.

Acreditamos ser possível conciliar alfabetização e letramento como caminho para significar todos os conhecimentos relativos à aprendizagem da leitura e da escrita, de modo a cooperar efetivamente para a formação de leitores e escritores proficientes e autônomos.

3 ESTUDOS DO PPGE-UESC E AS PERSPECTIVAS PARA CONSOLIDAÇÃO DO SEA

Para o desenvolvimento da pesquisa fizemos um levantamento no acervo das dissertações já defendidas PPGE, no período de 2013 até 2019. Encontramos 57 estudos realizados, destes, 28 são da Linha de Formação de Professores e Práticas Pedagógicas, e seis tinham como objeto de estudo o SEA e os processos de leitura e/escrita e, três deles foram defendidos no ano de 2017.

Silva (2016), realizou uma pesquisa cujos objetivos principais eram investigar os problemas de escrita apresentados por alunos do 6º ano do Ensino Fundamental (EF) e apresentar uma proposta para promover a atenuação desses problemas. O referencial teórico utilizado no estudo girou em torno de Soares (2009), Kleiman,

(1995), Morais (1998; 2012), Freire (1997), etc. O estudo foi realizado por meio de pesquisa-ação e os sujeitos envolvidos foram o professor de Língua Portuguesa e uma turma do 6º ano do EF.

Na primeira etapa da pesquisa a autora refletiu historicamente sobre o processo de alfabetização e letramento no Brasil. Foi analisado também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998) para o EF e os documentos do Programa Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (BRASIL, 2012). Na segunda, foi realizada a observação participante, aplicação dos instrumentos de diagnósticos para identificar os níveis de escrita dos alunos, análise dos dados e a elaboração de uma proposta de Ação para a promoção do domínio das convenções ortográficas na perspectiva do alfabetizar letrando.

O conjunto dos dados analisados revelou que, embora a escola cumpra com os conteúdos estabelecidos na matriz curricular para o 6º ano do EF, parte dos alunos não constrói conhecimento suficiente para consolidar a apropriação do sistema de escrita no nível ortográfico.

A pesquisa de Pereira (2017), buscou compreender e analisar os fatores que interferem no processo de alfabetização de alunos que chegam ao final do ciclo e não estão alfabetizados. O estudo desenvolvido teve como aporte teórico as pesquisas de Bernstein (1996), Ferreiro e Teberosky (1999), Cagliari (2004), Morais (2012a; 2012b) e Soares (2016), etc.

A autora desenvolveu uma pesquisa interventiva, organizada em dez encontros com 18 alunos, do 3º ano do ciclo de alfabetização, de uma escola pública no município de Teixeira de Freitas, que já foram reprovados, pelo menos, em um ano durante o ciclo e ainda não se encontravam na hipótese de escrita alfabética. No primeiro momento, a pesquisadora participou do grupo que estava organizando o documento de criação do NALFA[3]. No segundo, aconteceu a intervenção, no período de aula regular dos alunos e no mesmo turno de estudo.

Os resultados mostraram avanços na aprendizagem dos alunos em relação ao SEA, sinalizando a necessidade de superação da dicotomia alfabético-alfabetizado. Foi verificado também, fatores de natureza pedagógica, administrativa, política e familiar que interferem na aquisição do SEA. Foi observado que tais fatores formam uma rede de relações e construção de estratégias, na escola, com os alunos, pais, professores e gestores, para minimizar a situação de não aprendizagem dos alunos.

O estudo de caso realizado por Silva (2017) teve como objetivo analisar como o ensino de Ciências, considerando as especificidades do escrever em ciências, pode contribuir para a aprendizagem da escrita, a partir do exame de registros escritos produzidos por alunos em uma aula de Ciências baseada em atividades investigativas. O trabalho foi embasado em autores como Carvalho (2013), Sasseron (2015), Dolz, Gagnon e Decândio (2010) e Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004).

Os dados da pesquisa, foram coletados por meio da participação em três encontros de formação de professores na perspectiva do ENCI[4], realizado pelo GRUPAC[5], no município de Ilhéus-BA. Participaram dos encontros 28 professores de turmas multisseriadas da Educação do Campo. No terceiro encontro formativo os docentes socializaram as atividades investigativas realizadas com suas turmas e uma das professoras compartilhou os registros produzidos pelos dezoito alunos do quarto e quinto ano do EF, da sua turma. Cada aluno produziu um texto sobre o

experimento “o copo e o papel”. Esse material foi analisado pela pesquisadora.

Os resultados indicaram que, na aula de Ciências, os alunos produziram textos de gêneros diferentes, tais como relato de experiência vivida, relato de experimento e relatos híbridos. Os dois últimos, segundo a autora, apresentaram muitos indícios de interação com a cultura científica e mostraram a tentativa de uso da escrita como elemento do fazer ciência, já os relatos de experiência vivida revelaram poucos indícios dessa interação. Os problemas de escrita foram identificados em todos os textos, os quais precisam de intervenção didática para que sejam superados.

Bispo (2017) desenvolveu um estudo qualitativo cujos objetivos gerais foram: identificar as práticas de ensino de gramática nos Anos Iniciais do EF, considerando o que se ensina, como se ensina, para que se ensina; e promover o ensino do eixo da gramática articulado ao ensino dos eixos da leitura, escrita e oralidade. O estudo fundamentou-se em Geraldi (1997; 2012), Costa Val (2012), Antunes (2003; 2007; 2009; 2014), Travaglia (2009; 2013), etc.

O estudo verificou se o trabalho com a gramática nos Anos Iniciais do EF na prática de cinco professoras da rede municipal de Ilhéus colabora para a formação de leitores e produtores de texto. Para coleta de dados utilizou uma entrevista semiestruturada com as professoras, observação das aulas e análise do livro didático adotado. Os resultados sinalizam que o paradigma tradicional continua nas concepções e práticas dos professores que, ao ensinar gramática, têm como objetivo central propiciar aos alunos a fixação dos conceitos abordados. O estudo é acompanhado de um caderno didático em formato digital com relatos das professoras sujeitos da pesquisa e as sequências didáticas que foram desenvolvidas por elas.

Costa (2018) apresenta-nos um estudo do tipo qualitativo, de perspectiva diagnóstica que teve como objetivo investigar se a aula de Português no Ciclo de Alfabetização de uma escola pública de Itabuna-Bahia é pautada pelo “alfabetizar letrando”. Está fundamentado em Geraldi (1997; 2012), Costa Val (2002), Antunes (2003; 2007; 2009; 2014), Soares (1990; 1997; 2001; 2002; 2016, etc.). Os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática das aulas e análise dos materiais utilizados pelas professoras.

Os resultados sinalizam a coexistência na mesma escola de dois modelos de aula de português, baseadas em diferentes abordagens: uma voltada para uma mudança paradigmática que incorpora o alfabetizar letrando e outra marcada pela hegemonia da tradição, com apenas traços episódicos de incorporação do novo, mas que não considera o letramento. A proposta de ação apresentada, se constitui em uma possibilidade de promover um trabalho planejado a partir dos gêneros textuais.

No estudo de Oliveira (2019), foi analisado como a professora relaciona, na prática pedagógica, sua concepção de alfabetização e a concepção de alfabetização presente no livro didático adotado na escola. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com quatro professoras que lecionavam no 1º ano (alfabetização), em uma escola pública da rede municipal, localizada em Ipê, no Extremo Sul da Bahia. Elas participaram do momento da apresentação do projeto e da escolha do livro didático. Mas, apenas uma concordou que suas aulas fossem observadas. O estudo foi fundamento nas discussões de Ferreira e

Teberosky (1999), Morais (2012; 2015), Soares (1998; 2017a; 2017b), Brisolla (2015), etc.

Foram analisados o livro didático e a Proposta Curricular de Alfabetização do município. Além disso, a pesquisadora entrevistou as professoras, observou sete aulas de Língua Portuguesa e observou três encontros de escolha do Livro Didático (2019-2020) na escola e na rede municipal.

Os resultados da pesquisa mostraram que o livro didático foi pouco usado nas aulas. A professora, embora se declarasse construtivista, fazia uso de algumas estratégias de ensino que têm relações com os métodos tradicionais de alfabetização. Em relação ao livro didático de Língua Portuguesa escolhido pela rede municipal, foi observado que embora apresente atividades do eixo de escrita numa perspectiva próxima das cartilhas/métodos tradicionais, o manual do professor era fundamentado numa perspectiva construtivista, indicando nas orientações que estava fundamentado no processo construtivista e no letramento.

4 CONSIDERAÇÕES

Assim como acontece em âmbito nacional, a pesquisa e discussão sobre a consolidação do SEA e os processos de leitura e escrita, também estão presentes nas investigações realizadas no PPGE. Seja com o foco no desenvolvimento do aluno ou na prática pedagógica do professor, os estudos do Programa focalizam diferentes aspectos que perpassam pela área de leitura e escrita, como o ensino da gramática, a produção textual nas aulas de Ciências, a alfabetização na perspectiva do letramento, a concepção de alfabetização e livro didático. Os estudos, realizados por professores da educação básica, têm contribuído para ressignificação do trabalho desses docentes, da organização do processo de alfabetização na escola e na rede de ensino, além de colaborar com a difusão dos conhecimentos produzidos na área da alfabetização e prática pedagógica.

Palavras-chave: Sistema de Escrita Alfabética; PPGE; Alfabetização.

REFERÊNCIAS

BISPO, M. V. V. **O professor e o ensino da gramática:** o que se ensina, como se ensina, para que se ensina. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional em Educação, UESC. Ilhéus, BA, 2017.

COSTA, T. S. **A aula de português no ciclo de alfabetização:** Para quem? Para que? O que? Como? 2018. 192f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional em Educação, UESC. Ilhéus, BA, 2018.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Porto. Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SILVA, M. R. da. **O domínio das convenções da escrita por alunos do 6º ano do ensino fundamental:** o que eles sabem e o que ainda não sabem. 2016. 92f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional em Educação, UESC. Ilhéus, BA, 2016.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

OLIVEIRA, A. L. A. **Alfabetização e livro didático: o que pensam e fazem as professoras**. 2019. 183f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional em Educação, UESC. Ilhéus, BA, 2019.

PEREIRA, P. A. **A aquisição do sistema de escrita alfabética no ciclo de Alfabetização: a situação de alunos no 3º ano em Teixeira de Freitas – BA**. 2017. 236f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional em Educação, UESC. Ilhéus, BA, 2017.

SILVA, E. F. da. **A escrita no contexto da aula de ciências nos anos iniciais do ensino fundamental: relações possíveis entre a alfabetização científica e alfabetização linguística**. 2017. 151f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional em Educação, UESC. Ilhéus, BA, 2017.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2017.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2018.

[1] A Teoria da Psicogênese da Língua Escrita foi “criada por Emília ferreiro e Ana Teberosky (1979) teve ampla divulgação em nosso país. Geralmente sob o rótulo de ‘construtivismo’, tem sido, desde os anos de 1980, bastante difundida na formação inicial e continuada de nossos professores e faz parte da fundamentação de documentos do MEC, como, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa, de primeira à quarta série, instituídos em 1996” (MORAIS, 2012, p. 45).

[2] Os estágios ou etapas por quais as crianças passam em seu processo de construção do conhecimento acerca do SEA, de acordo com a Teoria da Psicogênese, seriam a pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética (FERRERIRO, 1999).

[3] Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alfabetização e Letramento.

[4] Ensino de Ciências por Investigação.

[5] Grupo de Pesquisa em Alfabetização Científica.